

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A NATUREZA HUMANA EM MAQUIAVEL

JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO

I. Um dos aspectos menos conhecidos e debatidos na obra de Maquiavel (1469-1527) é aquele sobre a natureza humana. O pensador florentino, autor de “O Príncipe”, é conhecido por suas célebres afirmações sobre a política e o poder de sua época. Seus polêmicos comentários acerca dos modos de ação dos que governam e dos que são governados, já analisados por diversos intérpretes, trazem consigo uma discussão sobre a sociedade e o “jogo de forças humanas e o conflito de paixões”¹. Utilizando-se de exemplos da história, já que “os homens e suas paixões são os mesmos em todo o tempo”², Maquiavel apresenta-nos conselhos para a organização e manutenção do poder político, sobretudo a partir do príncipe novo, baseado na existência de boas leis e boas armas. Narrar como os povos da Antigüidade fizeram isso e como os seus contemporâneos fracassaram nessa tarefa constitui o tema fundamental de “O Príncipe”, sua obra mais conhecida.

Ao analisar as instituições políticas e os modos do domínio sobre os povos, ou seja, ao discutir os “fundamentos naturais e humanos da política”³, Maquiavel expressa uma concepção de natureza humana e a necessidade de compreendê-la para se obter uma ação eficaz nos assuntos públicos.

José Alves de Freitas Neto é mestrando no Departamento de Filosofia da PUC-SP.

É comum nos clássicos de filosofia política pensar um modo de ser da natureza para fundamentar determinados postulados ético-políticos⁴. A noção de uma natureza fundadora que possa explicar e validar uma teoria varia historicamente, mas em todas as tentativas de explicação da ordem natural está a pretensão de generalizar o modo da ação humana. A idéia de natureza surge relacionada aos costumes e práticas dos seres, associada aos hábitos e tarefas que rotineiramente moldam o comportamento dos indivíduos, àquilo que se tem por hábito repetir ou manifestar, ou seja, a natureza está associada, primariamente, à conduta dos homens, a tudo o que se manifesta com uma certa freqüência ou em ciclos alternados. Entre algumas características está a possibilidade e o desejo de conhecer, advindo da dotação de racionalidade pertencente aos homens. Nesses fatos, visíveis e passíveis de observação, vemos nascer a idéia de natureza. Sendo assim, podemos entender os fatos analisando e avaliando o passado. “Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas”⁵, segundo Maquiavel.

II. A natureza humana em Maquiavel

Com bases históricas, Maquiavel começa a expor suas constatações sobre a natureza dos homens. Há, em sua obra, uma Filosofia da História que envolve a compreensão do poder, da moral, dos modos de governar e, sobretudo, do modo de ser dos governados. História e sociedade estão estreitamente ligadas através dos laços da política e da moral.

O que freqüentemente choca na leitura de Maquiavel é a crueza com que encara os fatos e os descreve. Para ele, a natureza humana é má. O homem gostaria de agir em consonância com o bem, mas, invariavelmente, ele está mais propenso ao mal, conforme se observa nos exemplos extraídos de Roma Antiga e também nos de seus contemporâneos. Os “homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro”⁶.

Uma das condições fundamentais da política é a aparência de ser. A natureza dos homens faz com que eles se maravilhem com o que vêem, mesmo que estejam sendo enganados, e geralmente estão sendo, pois “os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. (...) O vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo”⁷. Merleau-Ponty observa que Maquiavel, ao descrever os fatos e interpretá-los, fugiu do “cinismo”⁸. Ele vai na direção oposta aos hábitos estabelecidos no mundo erudito de vangloriar e impor normas que negam, senão toda a realidade, pelo menos uma parte fundamental.

Maquiavel escreve sobre as coisas como são e não como deveriam ser e, ao fazer isso, ele inova e provoca uma reação e perseguição ao seu trabalho quando, logo após a sua morte, o termo maquiavélico tomou uma conotação pejorativa e repulsiva.

Para Leo Strauss – ao negar o modo de pensar predominante, onde tudo parece ou deve estar em harmonia, onde não devem existir conflitos – Maquiavel dá um passo para a avalanche de críticas e perseguições à sua obra. “Se alguém afirma hoje que não há garantia da realização do ideal, todos o chamarão de cínico”⁹. Tratando-se de Maquiavel, até mesmo a noção de cínico¹⁰ parece ser dúbia, mas na verdade, o intérprete está evidenciando o mesmo aspecto posto por Merleau-Ponty: o realismo de Maquiavel desmonta concepções clássicas de um homem virtuoso, e isso alterará os modos de compreensão do poder. Maquiavel se recusa a acreditar na moral convencional.

Situando-se entre os humanistas italianos, Maquiavel está preocupado com a volta aos valores da Antigüidade, para tornar o homem interessado nos assuntos públicos, na vida da cidade, na preocupação com a liberdade e com a ação do cidadão. As repúblicas italianas do período renascentista passavam por dificuldades de organização e manutenção, além dos problemas externos representados pelas monarquias nacionais já formadas na Espanha e França. Os humanistas pensavam sobre a fragilidade das instituições e as formas de preservá-las, em como manter a cidade livre e, para isso, as reflexões ético-políticas antigas serviam de paradigma.

Maquiavel também participa, dessa preocupação de não deixar a cidade se aprisionar, mas ele “romperá”¹¹ com os humanistas quando analisa o desejo de liberdade, dos apetites e paixões do homem. Para ele, não há a possibilidade da cidade permanecer em harmonia. A cidade possui uma cisão que origina a divisão do poder e a luta em torno de dois blocos e de dois interesses distintos e excludentes¹². “É que em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas e isto nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo”¹³. A ação de qualquer pessoa na tentativa de elaborar leis, governar a cidade ou simplesmente analisá-la deve considerar este aspecto, pois quase sempre os homens conspiram para o mal, e mesmo que o governante não queira se indispor com a população ou com os grandes, estes sempre vão se indispor com o sujeito que governa.

Nessa tensão constante podemos constatar que, entre esses dois pólos da sociedade, há a afirmação e negação mútuas. A população deseja apenas NÃO ser oprimida, ela tende a negar as ações dos grandes, tende a

revoltar-se contra qualquer proposta. O outro núcleo tende a ignorar os interesses da maioria e impor o seu domínio sobre a maior parte da população. Dessa forma está estabelecida a origem do conflito constante na cidade, conforme se observa no Capítulo IX de “O Príncipe”.

Para conciliar os interesses – e a cidade obter uma relativa estabilidade – os homens devem ser hábeis em suas ações, estabelecendo normas para bem cuidar de uma missão quase impossível: a perenidade do regime. Saber agir é a condição fundamental para o governante e também para os grupos que se opõem a ele. É isso que Maquiavel escreve sobre as lições históricas em que grandes líderes souberam deliberar acerca dos conflitos que os rodeiam.

Um dos modos para a ação eficiente está na capacidade de perceber os limites dessa mesma ação. Embora queira deseje ter tudo sobre o seu controle, o homem não o consegue: os desafios são constantes e surgem de toda parte, e dentre estes está a necessidade. Conhecer os limites (necessidades) que se impõem ao caminhar da humanidade permitirá aos que governam agir em consonância com a realidade.

As necessidades advindas da pobreza, dos costumes, das leis ou das armas, podem refrear os apetites e fazer com que os homens ajam com mesura e obediência. Este equilíbrio pode ser benéfico, embora sem o controle total de quem governa, por estar contraposta a licenciosidade humana. Segundo Sebastian de Grazia a necessidade serve para aperfeiçoar o homem, já que ele possui “uma natureza de tendência má, mas capaz de escolha moral. O restante da natureza não têm essa escolha, nem está exposto ao mal como o homem: a escolha permite que os homens sucumbam a seus impulsos de ingratidão, ambição, crueldade, luxúria e outros vícios ou que os controlem”¹⁴. Para o intérprete, a dor ou simplesmente sua ameaça, o temor a Deus ou ao castigo dos homens, são estímulos para gerar resistência à maldade.

Se a necessidade, e aqui entenda-se necessidade como toda atitude ou ação que se impõe à prática humana, pode ser benéfica, vale lembrar que ela não é o único elemento na composição da moral e dos limites da deliberação do homem. Nem toda ação política se faz pela necessidade. A escolha pode ser determinada por outros motivos, como as reformas políticas que nascem do desejo do príncipe ou da população e não da necessidade de realizá-las.

Outro exemplo que restringe a ação é a temporalidade cíclica nas formas de governo. Utilizando-se de uma noção exposta pelos pensadores gregos da Antigüidade, Maquiavel relata a existência das formas de governo

e suas degenerações. Essas formas são três ou seis, conforme a opinião dos “mais esclarecidos”: a monarquia, a aristocracia e a democracia (república) são as formas boas e, as outras três, despotismo, oligarquia e o regime da permissividade, são as degenerações. É dessa forma que todas as cidades são governadas, indo de uma forma a outra, preservando as características da anterior, enquanto se estabelecem e, desse modo, as formas se alteram no poder. “Todo legislador que adota para o Estado que vai fundar uma destas três formas de governo não a mantém por muito tempo; não há o que possa impedir de precipitar-se no tipo contrário, tal a semelhança entre a forma boa e a má”¹⁵.

Essa temporalidade poderia fazer com que todos os homens se prevenissem, pois a decadência de um regime poderia ser prevista, mas como a citação anterior demonstra, não há um mecanicismo de sucessão de uma forma a outra, pois podem ocorrer distúrbios, invasão por um Estado vizinho (possibilidade que apavora os italianos contemporâneos de Maquiavel) e alterar o círculo das formas de governo. Esse é mais um exemplo de como a ação humana pode ser limitada, e não apenas pela necessidade, mas pela ação de outrem.

Cabe ressaltar nesse instante as importantes noções de Fortuna e “virtú” na obra de Maquiavel, já que estão imbricadas na questão da natureza humana. As ações humanas comandadas pela Fortuna, têm o elemento do imprevisto, da sorte. Essa noção é bastante comum entre os humanistas do Renascimento, num resgate da tradição romana, e se referem à deusa Fortuna, que comanda metade de nossas ações e é a responsável por atingirmos honra, glória e poder. Mas se dependemos apenas dela para alcançar altas posições estaremos sujeitos à queda e também negaríamos a nossa capacidade de deliberar, conforme nos diz Quentin Skinner, daí a necessidade de desenvolver no homem a “virtú”. Maquiavel endossa “a idéia convencional de que “virtú” é o nome dado àquele conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se com a Fortuna e conseguir honra, glória e fama (...). Um príncipe verdadeiramente virtuoso consistirá em uma disposição de fazer tudo aquilo que for ditado pela necessidade para alcançar seus mais altos objetivos”¹⁶.

Retornando à questão dos diferentes desejos que movem a cidade e a disputa pelo poder, Maquiavel chama a atenção para a valorização das aparências em uma sociedade. Se a conciliação possível para a existência dos dois grupos antagônicos no interior da cidade pressupõe a lógica da ação, ou melhor, da habilidade na condução dos assuntos comuns, não se deve esquecer que as pessoas julgam pelo que vêem, conforme alerta no

Capítulo XVIII, já citado nesse texto. As artimanhas do “parecer algo” podem favorecer àqueles que souberem manusear e manipular as informações e, desse modo, obter um apoio expressivo para um determinado objetivo. As condições para a manipulação favorecem o príncipe, já que são poucos os que ousam se levantar contra a “majestade do manto” principesco. Mas ao manipular o vulgo, não podem esquecer – o príncipe e o grupo que representa –, que não há na política maquiaveliana a possibilidade de apoio incondicional e que o poder e o apoio arrebanhados à custa das aparências também é ilusório e passará.

O esforço, a partir desse instante, está em como prolongar e perpetuar esse governo para que a benesses apresentadas pela Fortuna possam ser alcançadas, sobretudo a glória, que é o desejo máximo de todos os que se ocupam com a política.

A ação dos que governam depende da combinação de diversos fatores: da Fortuna, da “virtú”, das necessidades, das boas leis e boas armas e, sobretudo, dos governados. A ação que Maquiavel cobra, a retomada do homem como sujeito das ações políticas, passa pelas circunstâncias e pela necessidade de assimilar o momento e tomar atitudes sensatas. É assim que as lições históricas às quais recorre em suas obras podem auxiliar. Sua pesquisa sobre os antigos não se faz por erudição, como se observa em alguns intérpretes, mas sobretudo para que os homens possam observar a ação dos que os antecederam e aprender com suas experiências, já que eles percorrem sempre os mesmos caminhos.

Talvez, seja essa a chave para a compreensão da natureza humana em Maquiavel: a natureza de um ser que está em conflito constante com os seus semelhantes e que, na civilização, através da política, busca a compreensão e satisfação de seus desejos, aumentando as possibilidades de conflito. A observação histórica de Maquiavel permite encontrar um homem que se assusta com os resultados de seus próprios atos, mas que também se reconhece em cada perversidade narrada, em cada tentativa de saber quem realmente é e o seu modo de agir. O homem apresentado por Maquiavel não é estranho a ninguém, nem mesmo aos que teorizaram sobre uma forma harmônica da sua natureza e que nunca se encontra, por ser, diversas vezes, desprovido de um elemento fundamental, a sua concreticidade. Esse homem idealizado é sepultado na teoria política de Maquiavel pois o poder trabalha com seres concretos e, se quisermos um homem atuante, ele tem que saber como funcionam as regras do poder, que por mais perversas que pareçam, são frutos de um comportamento anterior a Maquiavel, de um comportamento permanente de um único ser: o homem.

NOTAS

1. Émile BRÉHIER, *História da Filosofia*, p. 229, vol., Mestre Jou, Rio de Janeiro, 1977
2. Nicolau MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, 3ª ed., p. 18. Ed. UnB, 1994
3. Marilena CHAUI, *Primeira Filosofia*, p. 66 São Paulo, Brasiliense.
4. Essa afirmação deve-se sobretudo aos filósofos que vieram após Maquiavel, como os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, mas esse recurso também foi utilizado em outros períodos da História da Filosofia.
5. idem *O Príncipe*, 4ª ed., p. 23 Nova Cultural, 1987.
6. ib. p.70.
6. ib. p.70.
7. ib. p.75.
8. Ver “Nota sobre Maquiavel” in *Sinais*, p. 321.
9. Leo STRAUSS, *História de la filosofia política*, 3ª ed., Fondo de Cultura Econômica, 1992, p. 289.
10. A noção de cínico apresentada no presente texto não possui nenhuma conotação com a escola filosófica da Antiguidade, mas está apenas associada à hipocrisia, sarcasmo etc.
11. Essa “ruptura” de Maquiavel com os humanistas pode ser evidenciada a partir das diferenças estabelecidas com os pensadores antigos. A obra de Maquiavel não possui um paradigma, como possui, por exemplo, a de Platão. Ao afirmar o seu modelo, Platão demonstrou um caminho, fez uma obra sobre a ética, a política, a educação e diversos outros aspectos a serem alcançados. Em Maquiavel, simplesmente não há o paradigma. Sua obra apresenta diversos exemplos e tentativas dos homens em estabelecer formas de organização, e isso interfere na natureza dos seres, da política etc. Antes de Maquiavel e mesmo depois dele, muitos escritores ainda tentam seguir o “modelo” de obras harmônicas, e é esta a diferença entre Maquiavel e os antigos e também entre muitos de seus contemporâneos.
12. Cf. Claude LEFORT, in *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, especialmente capítulo “Sur la logique de la force”. Gallimard, 1972, ps.346-368.
13. N. MAQUIAVEL, op. cit. p. 39 (cap. IX).
14. Sebastian de GRAZIA *Maquiavel no inferno*, p. 116 Companhia das Letras.
15. MAQUIAVEL, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 24.
16. Q. SKINNER, *Maquiavel pensamento político*, p. 65, Brasiliense.

BIBLIOGRAFIA

1. BIGNOTTO, N. *Maquiavel Republicano*, São Paulo, Loyola, 1991.
2. BRÉHIER, E. *História da Filosofia*, Rio de Janeiro, Mestre Jou, 1977.
3. CHAÚÍ, M. (org.) *Primeira Filosofia*, 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.
4. GRAZIA, S. *Maquiavel no inferno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
5. LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, Paris, Gallimard, 1972.
6. MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, 4ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1987 (Coleção Os Pensadores).
7. _____, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, 3ª ed., Brasília, 1994, Editora da UnB.
8. MERLEAU-PONTY, M. "Nota sobre Maquiavel" in *Sinais*, Lisboa, Editorial Minotauro, 1962.
9. SKINNER, Q. *Maquiavel pensamento político*, São Paulo, 1988, Brasiliense.
10. STRAUSS, L. *Nicolás Maquiavelo*, in STRAUSS, L. e CROPSEY, J. "História de la filosofia política", 3ª ed., Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1992.